

A Conjuntura e a Política Econômica no Governo Dilma (2011-2014)

Francisco Luiz Corsi

Como citar: CORSI, F. L. A Conjuntura e a Política Econômica no Governo Dilma (2011-2014). *In*: CORSI, F. L.; CAMARGO, J. M.; SANTOS, A. D. (org.). **A conjuntura econômica e política brasileira e argentina.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p.93-104. DOI: <https://doi.org/10.36311/2015.978-85-7983-683-1.p93-104>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

A CONJUNTURA E A POLÍTICA ECONÔMICA NO GOVERNO DILMA (2011-2014)¹

Francisco Luiz Corsi

1 INTRODUÇÃO

O Brasil vive uma complexa conjuntura econômica e política. Pretendemos abordar aqui apenas um aspecto dessa conjuntura, qual seja: as razões do baixo crescimento da economia brasileira ao longo do governo Dilma. Este ponto parece importante, pois o nível do emprego e dos salários, pontos fundamentais para a sustentação política e social do governo, estão diretamente relacionados com o desempenho da economia. Esse foi um dos temas centrais das eleições ocorridas em outubro de 2014. Entre 2011 e 2013, o PIB cresceu em média 2,1%. As projeções para 2014 não são nada alentadoras, estimativas apontam para um crescimento do PIB em torno de 1%. Números similares aos verificados nos dois governos de FHC, quando o PIB cresceu em média 2,3%, e muito abaixo dos observados ao longo dos dois mandatos do governo Lula, quando o PIB cresceu em média 4% ao ano. Este desempenho também está abaixo da média da América Latina, que cresceu no mesmo período em média por ano 3,2% (CEPAL, 2014; IPEA, 2014).

¹ Este capítulo consiste em versão ligeiramente modificada da exposição realizada no XIV Fórum de Análise de Conjuntura.

As razões do baixo crescimento da economia brasileira são múltiplas e nas notas a seguir pretendemos apenas levantar alguns pontos centrais para a discussão. A crise do capitalismo global, que se arrasta desde 2007, parece ser referência para a análise da economia brasileira, embora as determinações externas não sejam suficientes para explicar, sozinhas, o seu desempenho.

A crise teve um impacto muito maior que o inicialmente avaliado pelo governo Lula. Seus desdobramentos até hoje afetam negativamente a economia brasileira. Um aspecto geral, que parece relevante destacar é que a crise, até o momento pelo menos, não desarticulou o capital financeiro, fração hegemônica da atual fase do capitalismo. Apesar de ter sofrido graves perdas, o capital financeiro manteve sua predominância no capitalismo global, resistiu as tentativas de uma maior regulação dos mercados e os movimentos sociais não lograram reverter as políticas que jogam nas costas do grosso da população o ônus da crise. O capital financeiro tem conseguido, em grande parte, conduzir as respostas a crise a partir de seus interesses. Este processo é bastante evidente na periferia da zona do euro, que sofre prolongada recessão, em parte, devido a adoção de políticas ortodoxas.

Na Grande Depressão da década de 1930 o capital financeiro foi colocado de joelhos, dada a magnitude da destruição do capital fictício, o que abriu espaço, depois da derrota do nazi fascismo, para a “reestruturação keynesiana” do capitalismo. Na crise atual, os caminhos da reestruturação do sistema aparentemente serão outros. Ficou mais uma vez evidente a incapacidade de os mercados regularem a economia de maneira eficiente. Contudo, a discussão sobre a necessidade de regular as finanças globalizadas não prosperou, bloqueada pela ferrenha oposição dos bancos e dos fundos de investimento. A saída da crise, refletindo a correlação de forças entre o capital e o trabalho, está se dando pela direita e isto tem condicionado as políticas econômicas em escala global e o Brasil não escapou a esta tendência.

O Brasil foi atingido pela crise pela retração do comércio, pela diminuição do crédito e pela saída de capitais, o que acarretou a desvalorização da moeda. O clima de incerteza induziu a redução dos investimentos e do consumo. Em 2009, o PIB encolheu 0,6% (IPEA, 2014). Para entendermos a situação atual da economia brasileira é preciso discutir como foi a reação à crise do capitalismo global.

2 O GOVERNO LULA E A CRISE MUNDIAL

O governo Lula reagiu a crise adotando amplas medidas anticíclicas. O governo de imediato ampliou o crédito, a emissão de moeda e o gasto público. No entanto, reduziu lentamente a taxa básica de juros, que continuou bem acima da média mundial. O governo também utilizou as reservas para financiar exportações, empresas e bancos com dificuldades no exterior. Outra medida importante foi a expansão da atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no financiamento a longo prazo dos investimentos a juros reduzidos. Estas foram as principais medidas que impediram, provavelmente, que a economia entrasse em crise profunda e prolongada.

O resultado desse conjunto de políticas foi a rápida recuperação da economia, que cresceu 7,5% em 2010, puxada pelo incremento do consumo e do investimento. A rápida recuperação baseada na expansão do mercado interno, contudo, deixou mais evidente os limites do padrão de acumulação implementado desde 2003.

Os desdobramentos da crise no Brasil só podem ser entendidos a partir da política econômica levada a cabo pelo governo Lula desde o início de seu mandato. Em linhas muito gerais, Lula optou por manter os pilares centrais da política macroeconômica de seu antecessor, cujos principais eixos eram os seguintes: 1- política fiscal voltada para a obtenção de superávits primários; 2- metas de inflação; 3- câmbio flexível; 4- taxas de juros elevadas; 5- incentivos as exportações de bens primários. Um dos resultados dessa política foi a tendência a apreciação cambial, sobretudo devido ao fato das taxas de juros no Brasil situarem-se sistematicamente acima das taxas da maioria dos demais países, o que teve forte influência negativa sobre o setor industrial e sobre as contas externas. Essas medidas respondiam em particular aos interesses do capital financeiro, pois eram a garantia de valorização a altas taxas do capital fictício em um mundo onde as taxas de juros tendiam a ser baixas.

Entretanto, o governo Lula, ao mesmo tempo, sem confrontar o capital e dentro da ordem, adotou uma série de medidas para enfrentar os graves e históricos problemas da miséria e da desigualdade social por meio do crescimento econômico baseado, sobretudo, no mercado interno.

Dentre as medidas adotadas importa destacar o programa bolsa família, a política de majoração do salário mínimo, a política de aumento de gastos com a educação, ampliação do crédito (sobretudo para o setor habitacional e para pequenas e médias empresas), o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Programa “Minha Casa Minha Vida” e a utilização do BNDES como instrumento de política industrial partir do aumentos do crédito a juros baixos para fomentar setores da economia considerados estratégicos e a infraestrutura do país (SINGER, 2012; SICSÚ, 2013).

No contexto de forte expansão da economia mundial (2003-2007), esta política contribuiu para o Brasil alcançar um crescimento bem superior ao período do governo FHC. O crescimento baseou-se no aumento do consumo, do investimento e das exportações, que se beneficiaram do boom internacional das commodities². A expansão da economia foi acompanhada de melhorias nos salários e no emprego e de modesta redução da miséria e da desigualdade social. Dada a abundante liquidez internacional, a permanências das taxas de juros em patamares elevados atraiu considerável volume de capital, que buscava na economia brasileira obter polpuda valorização por meio da especulação. A entrada volumosa de capitais em carteira e na forma de investimento direto e a elevação dos preços das commodities aprofundaram a tendência de valorização do real.

Esta política econômica, que buscava responder aos interesses das várias frações do capital e dos trabalhadores, foi fundamental para Lula articular ampla base política e social, que conferiu sustentabilidade ao seu governo. Esta base também foi fundamental para a eleição e reeleição de Dilma Rousseff.

Durante a fase expansiva da economia mundial foi possível compatibilizar essas duas linhas de política econômica. Contudo, o elevado crescimento em 2010, em plena crise internacional, aguçou as contradições do padrão de acumulação. A inflação, que mesmo durante a fase mais aguda da crise não cedeu, logo tendeu para o teto da meta de 6,5%. O governo, preso as políticas de metas, reagiu majorando os juros, que atingiram 10,75%, em julho de 2010, uma das maiores taxas do mundo,

² O bom desempenho das exportações associado a entrada volumosa de capitais externos tanto na forma de investimentos diretos quanto na de investimentos em carteira melhoraram as contas externas do país A conta de Transações Correntes apresentou superávit até 2007. A melhora das contas externas contribuiu para reduzir a vulnerabilidade e abrir espaço para as medidas expansivas citadas acima.

reduzindo o crédito e o gasto público (BARBOSA, 2013; SICSÚ, 2013). A elevação dos juros atraiu grande volume de capital especulativo para o Brasil, pois os países centrais vinham expandido a liquidez para combater a crise e parte desses recursos dirigiam-se para a periferia na busca de melhor remuneração. Este processo continuou até recentemente. Dessa forma, o Brasil continua sendo um espaço importante para valorização do capital financeiro.

A associação de altas taxas de juros e câmbio valorizado, em um contexto de crise mundial, acarretaram, ou aprofundaram, alguns problemas de difícil solução para a economia brasileira. A conta de transações correntes passou a apresentar crescentes déficits a partir de 2008. O balanço de pagamentos tem sido fechado graças aos investimentos externos diretos e aos voláteis investimentos em carteira³. Ou seja, a vulnerabilidade externa não foi superada (GONÇALVES, 2013). Mas é preciso assinalar que o nível elevado de reservas (cerca de 380 bilhões de dólares) permitiu enfrentar a crise mundial, sem que ela se desdobrasse, como nos anos 1990, em crise financeira interna.

A tendência a valorização cambial se acentuou, o que levou o setor industrial sofrer forte impacto da concorrência de produtos importados, em especial da China. Apesar do crescimento econômico verificado no período, a indústria retrocedeu. Parte da demanda vasou para o exterior. A indústria tem perdido terreno nos mercados internos e externos. As importações têm crescido em ritmo superior ao das exportações. Entre 2002 e 2013 a indústria de transformação perdeu competitividade. Esta situação de juros elevados e de valorização da moeda se reflete no nível de investimentos, que tem se mantido relativamente baixo ao longo da última década. A taxa de investimento não ultrapassou os 20% do PIB, taxa considerada baixa para sustentar o crescimento por um longo período. Observam-se fortes indícios de desindustrialização no Brasil. Este processo

³ O saldo nas transações correntes, em 2002, tinha sido negativo em US\$ 7,63 bilhões. Em 2003, o superávit foi de US\$ 4,18 bilhões, atingindo US\$ 13,64 bilhões, em 2006. Em 2007, o saldo de transações correntes foi positivo em 1,5 bilhões de dólares. No ano seguinte, a situação deteriorou-se e o déficit foi de 28 bilhões, chegando a 54 bilhões de dólares em 2012, e atingiu 81,37 bilhões de dólares, em 2013, que teve que ser coberto, em parte, por investimentos em carteira, dado que os investimentos diretos foram da ordem de 64 bilhões de dólares. Os saldos na balança comercial tenderam a declinar a partir de 2006. Em 2003, o superávit comercial foi de US\$ 24,79 bilhões, atingindo US\$ 46,45 bilhões em 2006 e caindo para US\$ 24,83 bilhões, em 2008. Em 2010 o superávit foi de US\$ 20,14 bilhões. A balança comercial no ano passado teve um superávit de US\$ 2,55 bilhões, contra US\$ 19 bilhões em 2012 (IPEA/DATA, 2014).

tem sido acompanhado no período recente pela reprimarização da pauta de exportações (GONÇALVES, 2013; CANO, 2014)⁴.

Embora a economia brasileira crescesse a taxas elevadas ao final do governo Lula, uma série de problemas se avolumavam, a saber: deterioração das contas externas, valorização da moeda, taxas de juros elevadas, perda de terreno do setor industrial, reprimarização das exportações, gargalos importantes na infraestrutura, perda de competitividade no setor industrial e taxa de investimento insuficiente para sustentar o crescimento. Parte considerável desses problemas derivava da manutenção do arcabouço macroeconômico neoliberal.

3 A RESPOSTA DO GOVERNO DILMA AOS IMPASSES DA ECONOMIA BRASILEIRA

O governo Dilma, não obstante esse conjunto de problemas, manteve, em linhas gerais, os dois pilares contraditórios da política de seu antecessor. Mas restringiu o crédito, aumentou o compulsório e as exigências de capital dos bancos, aumentou o IOF sobre as operações de crédito pessoal e conteve o gasto público. Porém, não reduziu os gastos com os programas sociais. O objetivo dessas medidas era conter os desequilíbrios causados pelo crescimento de 7,5% em 2010, sem a necessidade de majorar em demasia a taxa de juros.

Essas medidas contracionistas da demanda no contexto de recrudescimento da crise internacional, que apresentou um repique a partir de 2011, resultou na retração do PIB em 2011 e 2012 (IPEA, 2014). Em que

⁴ Entre 2003 e 2008 e entre 2009 e 2013, o crescimento do PIB da indústria de transformação foi respectivamente de 3,2% e 0,0%. O coeficiente de exportação da indústria cresceu de 12,7% em 1996 para 15,6%, em 2012, depois de ter atingido a cifra de 21,6%, em 2004. O coeficiente de penetração de importações passou de 14,1%, em 1996 (quando as importações já tinham apresentado forte crescimento desde 1994), para 19,3%, em 2012, alcançando cerca de 21% em 2014. Em 1980, a participação da indústria de transformação no PIB era de 25,8%. Este número caiu para 17,9% em 2010. O ritmo de crescimento do PIB per capita da indústria de transformação tem apresentado tendência a queda. Na última década cresceu em média 1,0% ao ano, enquanto que para o largo período 1900-2010 o crescimento dessa variável foi de 3,1% ao ano. Entre 2003 e 2010, a taxa média anual real de crescimento do valor adicionado da indústria de transformação foi de 2,7%, enquanto que para a mineração foi de 5,5% e para agropecuária foi de 3,2%. Neste período, o crescimento médio anual do PIB foi de 4%. Esses processos foram acompanhados pela reprimarização da pauta de exportações. Em 1980, a composição das exportações era a seguinte: produtos básicos 42,2% do total, produtos semimanufaturados 11,7% e manufaturados 44,8%. Em 2002, esses números eram respectivamente os seguintes: 25,5%, 15,3% e 56,8%. Em 2010, os produtos básicos representavam, 38,5%, os semimanufaturados 13,7% e os manufaturados 45,6%. Em 2013, os básicos alcançaram 46,7%, semimanufaturados 12,6% e os manufaturados 38,4%. (GONÇALVES, 2013, p. 82-92; CANO, 2014, p. 18-22).

pese o fato do governo ter, aparentemente, subestimado a gravidade da situação internacional, o baixo desempenho da economia brasileira deveu-se sobretudo a continuidade da política macroeconômica neoliberal, que desalinhou o câmbio ao manter as taxas de juros muito altas. O modesto desempenho da economia também contribuiu para a deterioração das expectativas, o que acarretou uma retração dos investimentos. Soma-se a incapacidade do governo em aumentar substantivamente seus investimentos em áreas estratégicas, como em infraestrutura.

A medida que ficou evidente a forte desaceleração da economia, o governo Dilma buscou flexibilizar a política de juros elevados, câmbio apreciado e meta de inflação, o que indicava que o governo, finalmente, estaria rompendo com a política macroeconômica neoliberal. A partir de agosto de 2011 o governo iniciou cautelosa redução da taxa básica de juros, que em outubro de 2012 atingiu a cifra de 7,25%, aproximando-se das taxas vigentes nas principais economias do mundo. Ao mesmo tempo, Dilma reduziu o compulsório e o IOF sobre o crédito pessoal. Também incrementou o gasto público tanto na rubrica de custeio quanto na de investimento. O salário mínimo sofreu forte aumento. Os auxílios relativos ao programa bolsa família também foram majorados. O governo ampliou a política de desoneração fiscal de setores considerados importantes para estimular a economia. Também buscou proteger setores em dificuldade devido a acirrada concorrência externa por meio de várias medidas (BARBOSA, 2013; SICSÚ, 2013).

Os setores rentistas, irritados com a postura do governo em relação as metas de inflação por eles considera leniente, ficaram bastante descontentes com a redução dos juros. Estes setores passaram a fazer acirrada oposição ao governo. A grande imprensa, expressando esses interesses, passou a criticar sistematicamente o governo na tentativa de estabelecer, no mínimo, a pauta dos debates.

Essa política não conseguiu reverter a desaceleração da economia. O PIB, em 2011, cresceu 2,73% e no ano seguinte cresceu ainda menos, 0,9%. Em 2013, cresceu 2,49% (IPEA, 2014). As projeções para 2014 não são alvissareiras. O fracasso da política econômica no que diz respeito a retomada de taxas mais robustas de crescimento decorreu de diferentes motivos, a saber: o cenário internacional adverso; os efeitos defasados das

medidas restritivas adotadas até o início do segundo semestre de 2011; a deterioração das expectativas dos empresários; a dificuldade do Estado deslanchar os investimentos no setor de infraestrutura para enfrentar os pontos de estrangulamento da economia e sobretudo a combinação de juros altos e câmbio apreciado, que inibiu o investimento do setor industrial e desviou parte do crescimento da demanda para o exterior.

Mesmo com a redução dos juros a partir de agosto de 2011, a taxa continuou elevada até meados do ano seguinte. Taxas de juros acima da média internacional, em uma situação de elevada liquidez na economia mundial, manteve a tendência de apreciação do real, sobretudo em virtude da forte entrada de capitais externos aplicados na especulação com ações e títulos, em especial da dívida pública. A elevação da taxa média de câmbio de 1,67 real por dólar, em 2011, para 1,95, em 2012 não representou significativa desvalorização da moeda brasileira. Uma depreciação mais acentuada tem sido observada desde meados de 2014.

A associação de taxas altas de juros com moeda valorizada foi a principal causa da redução dos investimentos. Em 2011, a taxa de investimento, medida pela formação bruta de capital fixo, cresceu 4,7%, representando 19,3% do PIB. Em 2012, observa-se uma retração de 4,0% nos investimentos (18,17% do PIB), devido sobretudo a queda na produção de máquinas e equipamentos. Em 2013, a taxa de investimento cresceu 5,18%, situando-se em 18,18% do PIB. Nos dois primeiros trimestres de 2014, o investimento caiu cerca de 14,0% (IPEA, 2014). O Estado prezo as metas de equilíbrio fiscal também tem dificuldade de majorar seus investimentos. O baixo nível dos investimentos é a razão mais importante para explicar o sofrível crescimento da economia brasileira. O crescimento baseado sobretudo na ampliação do consumo não mais consegue, como tem sido desde 2003, sustentar a expansão da economia a taxas elevadas, pois o endividamento das famílias apresenta limites ao que se soma o desequilíbrio das contas externas⁵.

O baixo crescimento foi acompanhado por taxas de inflação próximas ao teto meta (6,5% aa) estabelecida para o período em virtude de uma série de choques. O elevado nível de emprego e o crescimento dos

⁵ Ver a respeito Gonçalves (2013) e Cano (2014).

salários pressionaram os preços no setor de serviços. O preço dos produtos agrícolas subiu por problemas de quebra de safras. A elevação dos preços das commodities também influenciou os preços (SICSÚ, 2013). Embora a inflação estivesse sob controle, a grande imprensa, que é dominada por poucas empresas ligadas aos interesses do capital, intensificou as críticas a incapacidade do governo em conter uma pretensa crise inflacionária e passou a defender a elevação dos juros, a contenção do crédito e o corte severo dos gastos públicos. Enfim medidas de caráter recessivo, que se aplicadas levariam a queda do emprego e dos salários, consideradas importantes de acordo com a visão neoliberal para conter o excesso de demanda, que seria a causa principal da inflação.

Neste contexto, desencadeou-se por todo o país uma série de movimentos sociais reivindicando melhorias nos transportes urbanos, na educação e na saúde e o fim da corrupção generalizada no setor público. Movimentos bastante heterogêneos, compostos por vários setores de classe com interesses e reivindicações distintas. Esses movimentos acuaram o governo, que foi pego de surpresa, sobretudo pela abrangência das manifestações. Dilma anunciou a intenção de levar a cabo uma reforma política e algumas medidas para enfrentar a situação bastante precária dos serviços públicos. Contudo, o enfrentamento dessas questões exigirá tempo, empenho e vultosos gastos públicos. Estes movimentos evidenciaram os limites das políticas focalizadas e de caráter compensatório do governo e indicam a necessidade de políticas sociais universais.

Diante da queda de popularidade e das pressões de diferentes setores das classes dominantes e do capital financeiro global, o governo Dilma recuou. O Banco Central acelerou o processo de majoração dos juros iniciado em abril de 2013, advogando a necessidade de fazê-lo para conter a inflação dentro da meta, apesar das taxas internacionais continuarem bastante baixas. A taxa básica de juros subiu de 7,25% em março de 2013 para os atuais 11,75%. De maneira defasada no tempo, essa medida, vem contribuindo para a desaceleração da economia, ao que se soma o contexto internacional instável e as incertezas quanto as políticas do novo mandato de Dilma. O esboço de retomada do crescimento iniciada em 2013, fruto, em parte, das medidas expansivas adotadas desde o segundo semestre de 2011, foi freado. A situação de crescente vulnerabilidade exter-

na, o baixo crescimento econômico, a perda de terreno do setor industrial, a persistência das pressões inflacionárias, a reprimarização das exportações, a necessidade de ampliar substantivamente os investimentos nas áreas sociais, na infraestrutura e na proteção ao meio ambiente colocam questões de difícil solução.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a discussão dessas questões não tenha sido aprofundada durante a campanha eleitoral de 2014, as forças articuladas em torno dos interesses do capital, com amplo apoio da grande imprensa, advogaram como saída para o Brasil o rígido cumprimento das metas inflacionárias, a independência do banco central, o enrijecimento das metas de superávit primário, reformas visando a redução de direitos trabalhistas e sociais, o câmbio valorizado e o aprofundamento da abertura da economia nacional. Ou seja, medidas recessivas, que teriam efeitos deletérios sobre o nível de emprego e dos salários, afetando negativamente o incipiente processo de melhora na distribuição da renda verificado nos últimos anos. No médio prazo, essa estratégia poderia condenar o Brasil a se inserir na economia global como mero exportador de commodities e campo privilegiado de valorização financeira, o que não parece ser um projeto que responda os interesses da maioria da população. Essas forças mesmo derrotadas no pleito, devido fundamentalmente ao voto dos mais pobres no governo, continuaram, no entanto, a pautar o debate e a política econômica.

O governo Dilma apesar da retórica “desenvolvimentista” e da adoção de algumas medidas voltadas para retomada do desenvolvimento com ênfase na distribuição da renda e na expansão do mercado interno, não rompeu com o núcleo macroeconômico da política neoliberal e isto consiste no principal fator a bloquear o crescimento. Desatar o nó do crescimento acelerado passa, entre outros pontos, por abandonar as metas de inflação e superávit primário, assim como a política de juros altos e câmbio flexível. Medidas que exigem uma outra correlação de forças internas e que se chocam frontalmente com as tendências globais de fortalecimento do capital financeiro. O governo não enfrentou essa situação quando a ampla e instável aliança de classe que o sustentava parecia mais coesa, dificilmen-

te o fará neste momento de fragilização política e de vitória apertada nas eleições de outubro. Dilma venceu as eleições com um discurso a esquerda devido principalmente a manutenção do emprego e dos níveis salariais da classe trabalhadora. Porém, monta um ministério de perfil conservador, que defende políticas ortodoxas, que irão solapar sua base de sustentação mais importante, o emprego e os salários.

BIBLIOGRAFIA

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Indicadores econômicos*. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?INDECO>>. Acesso em: 26 set. 2013.

BARBOSA, A. F.; AMORIN, R. L. C. Desafios para o enfrentamento da desigualdade no Brasil. In: FAGNANI, R.; FONSECA, A. (Ed.). *Políticas sociais, desenvolvimento e cidadania*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014. p. 29-51.

BARBOSA, N. Dez anos de política econômica. In: SADER, E. (Ed.). *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 69-103.

BELLUZZO, L. G. M. Os anos do povo. In: SADER, E. (Ed.). *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 103-111.

BRAGA, R. Sob a sombra do precariado. In: MARICATO, E. (Ed.). *Cidades rebeldes*. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 54-70.

BRASIL. Ministério do Comércio, Indústria e Desenvolvimento (MCID). *Estatísticas*. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 20 set. 2014.

CAMARGO, J. M.; LEUTWILER, J. *Evolução das exportações agroindustriais do Brasil e Argentina para a China*. Marília: FFC, UNESP, 2013.

CANO, W. *(Des)industrialização e subdesenvolvimento*. Campinas: IE, UNICAMP, 2014.

CARNEIRO, R.; MATJASCIC, M. (Ed.). *Desafios do desenvolvimento brasileiro*. Brasília, DF: IPEA, 2011.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA e CARIBE (CEPAL). *Anuario Estadístico de América Latina y el Caribe 2014*. Santiago, 2014.

CORSI, F. L. Las crisis estructural del capitalismo e sus repercusiones. *Íconos*, v. 36, p. 29-40, 2010.

_____. Crise e reconfiguração espacial do capitalismo global: a ascensão do Leste asiático. In: PIRES, M. C.; PAULINO, L. A. (Ed.). *As relações entre a China e América Latina*. São Paulo: LCTE, 2011. p. 109-130.

_____. A crise do capitalismo global em perspectiva histórica. In: CORSI, F. L. (Ed.). *A crise do capitalismo global no mundo e no Brasil*. Bauru: Praxis: Canal 6, 2013. p. 51-70.

DELGADO, G. Especialização primária como limite ao desenvolvimento. *Desenvolvimento em Debate*, v. 1, n. 2, p. 111-125, 2010.

FONSECA, P. C. D. *O Brasil na era Lula: retorno ao desenvolvimentismo*. Disponível em: <http://www.reded.net.br/index.php?option=com_jdownloads&Itemid=419&view=viewcategory&catid=14&lang=en>. Acesso em: 20 set. 2013.

FUNDO MONETARIO INTERNACIONAL (FMI). [2013]. *Perspectivas da economia mundial*. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/ns/loel/cs.aspx?id=28>>. Acesso em: 26 set. 2013.

GONÇALVES, R. *Desenvolvimento às avessas*. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

HARVEY, D. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA/DATA). *Macroeconomia*. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 26 out. 2014.

MEDEIROS, M.; SOUZA, P. H. F.; CASTRO, F. A. *O topo da distribuição de renda no Brasil: primeiras estimativas com dados tributários e comparação com pesquisas domiciliares, 2006-2012*. Brasília, DF: UNB, 2014. Disponível em: <<http://ssm.com/asbtract=2479685>>. Acesso em: 9 jun. 2014.

PRADO, A. *El desarrollo en América Latina despues de la crisis financeira de 2008*. Disponível em: <http://www.reded.net.br/index.php?option=com_jdownloads&Itemid=419&view=viewcategory&catid=14&lang=en>. Acesso em: 20 set. 2013.

SADER, E. (Ed.) *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo, 2013.

SICSÚ, J. *Dez anos que abalaram o Brasil*. Rio de Janeiro: Geração, 2013.

SINGER, A. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2012.

_____. Brasil, junho de 2013: classes, protestos e revoluções. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 97, p. 23-40, nov. 2013.